

O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “PROFESSOR STÉLIO MACHADO LOUREIRO” E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR (BIRIGÜI/SP – 1961/1976)

Áurea Esteves Serra

RESUMO: Com o objetivo de contribuir para a compreensão da história da formação do professor alfabetizador no Brasil, abordam-se, neste artigo, os principais aspectos do modelo para essa formação, implementado no IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, de Birigüi/SP, que funcionou entre 1961 e 1976. Por meio da utilização de procedimentos de recuperação, reunião, seleção, organização e análise de fontes documentais. Os resultados obtidos com a pesquisa vêm confirmar a relevância do estudo para a compreensão de um momento importante da história da formação de alfabetizadores em nosso país, no qual predomina um modelo diretamente relacionado com a inovação educacional nos institutos de educação do estado de São Paulo, entre 1933 e 1976, predominantemente baseados nos princípios do ideário da Escola Nova.

Palavras-chave: Formação do alfabetizador. Alfabetização. Instituto de Educação “Prof. Stélio Machado Loureiro”. Escola Nova. Birigüi/SP.

“PROF. STÉLIO MACHADO LOUREIRO” EDUCATIONAL INSTITUTE AND FORMATION OF LITERACY TEACHERS - (BIRIGÜI/SP – 1961/1976)

ABSTRACT: With the objective of aiding in the understanding of the history of the formation of literacy teachers in Brazil, this article addresses the most relevant aspects of the educational model used in that formation; as employed in the IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, of Birigüi/SP, between 1961 and 1976. Through the implementation of recuperation techniques, gathering, selection, organization and analysis of documentary sources. The results obtained through this research corroborate the relevance of this study in understanding an important period in the history of the formation of literacy teachers in our country (Brazil), where an educational model predominates that is directly related to the educational innovation in the education institutes of São Paulo state, between 1933 and 1976; such a model is based primarily on the principles of the “Escola Nova,” or New School.

Key words: Formation of literacy teachers. “Prof. Stélio Machado Loureiro” Educational Institute. Escola Nova (New School).

Introdução

Com o objetivo de contribuir para a compreensão da história da formação do professor alfabetizador no Brasil, abordam-se neste artigo, os principais aspectos do modelo para essa formação, implementado no IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, de Birigüi/SP, que funcionou entre 1961 e 1976. Por meio da utilização de procedimentos de recuperação, reunião, seleção, organização e análise de fontes documentais (matrículas de alunos, jornais de época, livros de tombo, e outros) e bibliografia especializada relativas à formação do professor alfabetizador no período em questão, foram reunidas mais de

duzentas referências bibliográficas relacionadas ao tema. Essa organização permitiu elaborar um instrumento de pesquisa, o qual propiciou uma avaliação mais precisa da importância e do significado, para o período em questão e para o presente, dos processos de ensino e propostas pedagógicas para a formação de alfabetizadores no IE “Prof. Stélio Machado Loureiro” assim como dos demais IEs paulistas.

Do ponto de vista metodológico optou-se pela análise da configuração textual que Mortatti (1999b) propõe, isto é, um procedimento metodológico adequado e relevante para análise do material discursivo relativo à pesquisa histórica em educação. Esse conceito é definido pela pesquisadora da seguinte maneira:

O que confere singularidade a um texto é o conjunto de aspectos constitutivos de sua configuração textual, a saber: as opções temático-conteudistas (o quê?) e estruturais - formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) (MORTATTI, 1999b, p. 71).

Os resultados da descrição e análise dos documentos selecionados como fontes documentais, apresentados neste artigo, permitiram compreender alguns aspectos do modelo de formação do professor alfabetizador no IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, de Birigüi/SP, que funcionou entre 1961 e 1976.

1. Os institutos de educação do estado de São Paulo e a instalação do IE na cidade de Birigüi

1.1 Os Institutos de Educação do Estado de São Paulo

No Estado de São Paulo, o primeiro instituto de educação¹ foi criado a partir do *Código de Educação do Estado de São Paulo* (Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933), elaborado pelo educador Fernando de Azevedo e colaboradores, após a elaboração do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*².

A criação dos institutos de educação está relacionada ao ideário da Escola Nova, pois esses institutos surgiram para que se realizassem transformações na educação brasileira. Segundo Mortatti, nos anos de 1930, visava-se a uma política nacional de educação, mediante

[...] a integração e generalização, em nível nacional, de iniciativas estaduais renovadoras, mas regionalmente localizadas, da década de 1920, e à organização sistêmica do ensino em seus diferentes graus – primário, secundário e superior – e modalidades – normal, rural e profissional -, essa aspiração encontra sua síntese nos princípios da “escola nova”, tal como passaram a ser interpretados, divulgados e institucionalizados pelos renovadores e inovadores da época – a partir, sobretudo, d’ *O Manifesto dos pioneiros da educação nova* (1932) -, particularmente por aqueles que aliam atividades intelectuais e acadêmicas com atividades político-administrativas, como, por exemplo, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. (MORTATTI, 2000b, p. 143).

Segundo Labegalini (2004), o *Código de Educação do Estado de São Paulo* refere-se sempre ao “Instituto de Educação” e não aos “Institutos de Educação”, considerando a

existência, em 1933, apenas do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, localizado na cidade de São Paulo, que foi fechado em 1938 e recriado em 1946. E somente a partir de 1951, acentuou-se a expansão dos Institutos de Educação pelo interior e pelo litoral do Estado de São Paulo, em decorrência da Lei n.8530 e do Decreto n. 17698. Essa expansão pode ser constatada por meio da análise de decretos e leis, que mostram que algumas cidades do Estado de São Paulo tiveram escolas normais, colégios estaduais e escolas normais ou, ainda, ginásios estaduais e escolas normais transformadas em institutos de educação. Para a autora, a expansão dos Institutos de Educação está relacionada às cidades consideradas pólos de desenvolvimento, pelas quais passavam as estradas de ferro. Entre as 103 cidades do interior e litoral do Estado de São Paulo, que tiveram institutos de educação, apenas por Monte Aprazível não passava nenhuma estrada de ferro.

Por meio da análise da *Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo* e bibliografia especializada, Labegalini (2004) localizou 120 institutos criados e transformados nesse estado, entre os anos de 1933 a 1967, sendo 17 deles na capital do estado e o restante no interior e litoral.

O IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, de Birigüi, foi criado no ano de 1961. Ainda de acordo com Labegalini (2004), além desse IE, no mesmo ano, também foram criados os IEs das cidades paulistas de Pindamonhangaba, Batatais, Serra Negra, Mirassol, Barretos, Registro, Lins, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Mogi Mirim, São Bernardo do Campo, Conchas, Monte Aprazível e o IE da Penha, na capital do estado.

1.2 A criação e instalação do instituto de educação na cidade de Birigüi e a aula inaugural

Em Birigüi, a criação de um instituto de educação ocorreu por meio do Projeto de Lei nº 464 de 1960, de autoria do deputado Domingos Lot Neto, e com a Lei nº 6.320, de 28/9/1961, foi transformado em Instituto de Educação o Colégio Estadual e Escola Normal “Prof. Stélio Machado Loureiro”, no município de Birigüi.

Somente com a Lei 6320, de 26/09/1961, sancionada pelo Governador Carvalho Pinto, o Colégio de Birigüi passou a ser denominado Instituto de Educação (IE) “Prof. Stélio Machado Loureiro” e sua instalação oficial ocorreu em 01/03/1963.

A partir de 1963, com a instalação oficial do instituto de educação, passa a funcionar o curso normal, e em primeiro de março de 1963, às 19 horas, no Salão Nobre do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, ministrou a aula de abertura o ilustre educador paulista, Antônio D’ Ávila, dando início, oficialmente, aos trabalhos escolares de todos os cursos do instituto.

2. A organização do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”

2.1 Os cursos oferecidos pelo IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”

Como os demais IEs paulistas, o IE “Prof. Stélio Machado Loureiro” era formado pelos seguintes cursos, escolas e anexos: Escola Primária Anexa (Primário e Pré-Primário - Jardim da Infância), Curso Ginásial, Curso Colegial (Científico e Clássico), Escola Normal (Curso Normal e Curso de Aperfeiçoamento) e Biblioteca.

O Curso Primário tinha a duração de quatro anos, e nesse IE funcionavam oito classes do 1º ao 4º ano, nos períodos matutino e vespertino. O Jardim da Infância funcionava em anexo ao IE. O Curso Colegial se dividia em: Clássico, que oferecia formação na área de Ciências Humanas e Línguas; e Científico, que oferecia formação na área de Ciências Exatas, ambos com duração de três anos.

O Curso Normal também se dividia em três séries anuais, dando prosseguimento ao curso ginásial; era de grau colegial e visava a formar professores para ensino primário.

De acordo com Labegalini, no Programa das escolas normaes, de 1938 “[...] aparecia claramente à concepção de alfabetização enquanto técnica, que o aluno-mestre precisava adquirir nas aulas de Prática de Ensino e, ainda, que a formação do alfabetizador estava subsumida na formação do professor primário”. (LABEGALINI, 2004, p. 90).

Dentre as técnicas que o aluno-mestre precisa adquirir, nas aulas de Prática, avulta, pela excepcional importância, a referente à alfabetização. Todo portador do diploma de normalista deve saber ensinar a ler. (SÃO PAULO, 1938, p. 14 apud LABEGALINI, 2004, p. 90)

Quanto aos Cursos Pós-Graduados³, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 4.024/61, no artigo 55: “Os institutos de educação, além dos cursos de grau médio referidos no artigo 53, ministrarão cursos de especialização, de administradores escolares e de aperfeiçoamento, abertos aos graduados em escolas normais de grau colegial” (BRASIL, 1962). Esses cursos deveriam ser oferecidos pelos institutos de educação aos alunos que concluíssem o Curso Normal e se subdividiam em: Aperfeiçoamento, para as normalistas que iriam se dedicar ao ensino primário, e de Administradores escolares para atuação de diretor de escola.

2.2 As matérias do Curso Normal e do Curso de Aperfeiçoamento

O Curso Normal do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, do ano de 1963, compreendia 20 matérias, distribuídas pelos três séries do curso. As matérias ministradas nos três anos do Curso Normal também se encontram de acordo com a legislação vigente na época: 1º ANO (Português, Linguagem e Literatura Infantil, História da Civilização Brasileira, Matemática e Estatística, Ciências, Geografia, Metodologia e Prática, Desenho Pedagógico, Pedagogia e Psicologia); 2º ANO (Português, Psicologia da Educação, Sociologia Educacional, Pedagogia, Metodologia e Prática do Ensino Primário, Biologia Educacional e Desenho Pedagógico); 3º ANO (Português – Literatura, Filosofia e História da Educação, Metodologia e Prática do Ensino Primário, Psicologia da Educação e Desenho Pedagógico). A instituição vai sofrendo mudanças em suas grades curriculares, sempre procurando se adequar à legislação.

As matérias ministradas no Curso de Aperfeiçoamento do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, durante o período de 1963 a 1967, eram as seguintes: Metodologia das Matérias do Ensino Primário, Metodologia de Aritmética, Metodologia da Leitura e Escrita, Prática de Ensino, Psicologia da Aprendizagem e Administração Escolar. Essas matérias estavam de acordo com o artigo 10, do capítulo I, do Decreto n. 35100, de 17 de junho de 1959.

2.3 O perfil dos normalistas

Por meio da análise dos livros de matrícula, constata-se que, em números absolutos, são as mulheres que mais se preparavam para o magistério. Era mínima a presença masculina nas turmas dessa escola normal, sendo no máximo de cinco alunos no período diurno, com ligeiro aumento no período noturno; o grupo masculino era maior em apenas quatro turmas (1963, 3º normal B; 1964, 1º normal B; 1966, 1º normal C; 1967, 3º normal B).

Essa presença majoritária de alunas pode ser explicada de acordo com as reflexões de Almeida (1993) a respeito da trajetória da escola normal em São Paulo.

Na década de 60, a Escola Normal era um curso no qual predominava o elemento feminino, tendência já evidenciada nas décadas anteriores e que vem a ser reforçada nos anos seguintes. Para a classe média que crescia e

voltava-se para o emprego público, a profissão de professora continuava sendo o resultado lógico para as moças que procuravam a escola, principalmente baseando essa procura no apoio ideológico da “vocação para o magistério” e do “papel social da mulher”, premissas veiculadas pelo Positivismo e que orientavam o pensamento educacional do período republicano (ALMEIDA, 1993, p. 88).

Os dados contidos nos livros de matrícula indicam, também, que, no período compreendido entre 1964 a 1969, as turmas eram bastante numerosas, chegando a ter mais de 40 alunos por classe. Ocorreu também a ampliação das classes, entre os anos de 1966 e 1968, chegando a haver cinco classes de primeiro ano normal.

No que diz respeito à demanda pelo Curso Normal, a análise dos livros de matrículas confirma sua enorme expansão, na década de 1960, na cidade de Birigüi. Essa expansão deveu-se ao alto índice de migração e imigração. Basta comparar os dados sobre naturalidade/nacionalidade e os índices de crescimento da matrícula escolar, verificadas nos livros de matrículas do período em questão. A primeira turma que era de 18 alunos, em 1963, passou para 44 alunos, em 1964. A média de matrículas registradas, no período de 1963 a 1972, cresceu de 170, em 1963, para 428, em 1966. Observa-se que a procura pelas matrículas foi muito maior no período noturno. No período diurno, entre 1963 e 1970, os dados mostram que se registraram 24 turmas/classes, no período noturno; e, entre 1963 e 1972, foram registradas 48 turmas/classes, totalizando assim 72 turmas nos dois períodos.

2.4 A organização da Biblioteca “Monteiro Lobato”

O acervo da Biblioteca “Monteiro Lobato” encontra-se registrado no *Livro Tombo n.1*, elaborado, em 1992. Desses 6370 livros, que estão registrados no *Livro Tombo n. 1*, selecionei 146 títulos que contribuíram para o fortalecimento de teorias da pedagogia da Escola Nova, para assim compreender como esse ideário estava presente na formação de professores desse instituto.

Ao observar os dados presentes no livro tomo e entrecruzado-os com depoimentos de ex-alunas e de ex-professora, pude constatar que os autores mais estudados no curso de formação de professores, no período de 1961 a 1976, eram: Afro do Amaral Fontoura, Alfredo M. Aguayo, Anísio Spínola Teixeira, Fernando de Azevedo, Henri Pierón, Imídeo Giuseppe Nérice, Jean Piaget, John Dewey, Lorenzo Luzuriaga, Manoel Bergström Lourenço Filho, Theobaldo Miranda Santos e W. H. Kilpatrick. Confirma-se, como já apontei, a presença, na biblioteca do instituto em questão, de nomes de autores e títulos relacionados ao ideário da Escola Nova, tendência educacional no modelo de formação do professor alfabetizador no IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, de Birigüi/SP.

3 – Aprendendo a alfabetizar no IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”

3.1 A alfabetização no Curso de Formação de Professores Primários, entre 1960 e 1962 e no Curso Normal, entre 1967 e 1969 do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”

Para compreender os principais aspectos do modelo de formação do professor alfabetizador, implementado no IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, é necessário conhecer as matérias mais especificamente voltadas para essa formação, no curso normal e no curso de aperfeiçoamento, ministradas nas séries de 1960 a 1962 e de 1966 a 1969, períodos em que, respectivamente, estudaram no IE, a ex-aluna Iraci Fabri Sanches Bigélli e a ex-aluna Marilene Petean Garcia e o conceito de alfabetização dessas ex-alunas e da ex-professora Maria Ignez Villaça.

Foi solicitado às entrevistadas: a ex-aluna Iraci Fabri Sanches Bigélli, a ex-aluna Marilene Petean Garcia e a ex-professora Maria Ignez Villaça, que procurassem definir,

com suas palavras, o que entendiam por alfabetização, quanto a métodos, exercícios preparatórios, material, cartilha utilizada e critérios para considerar o aluno alfabetizado. Apresento abaixo algumas definições obtidas:

[...] existiam sim, exercícios preparatórios, nós estudamos muito os do Lourenço Filho; [...] a gente estudou temporalidade, lateralidade, coordenação motora; [...] o pré-requisito era se a criança estava pronta. Pronta, sim, sabendo pegar no lápis, sabendo apagar; [...] para alfabetizar, tirando esse do Lourenço Filho e outros que a Maria Ignêz nos ajudou bastante, era a cartilha (BIGÉLLI, 2003).

[...] para alfabetizar partia-se das letras para as sílabas e depois para as frases; não se falava no que a criança sabia, ou trazia de casa, isto é, do seu cotidiano; [...] eu estudei muito Monteiro Lobato para ensinar a alfabetizar, mas não se usava, não se aplicava para alfabetizar, só bem mais tarde é que fui usar; [...] aprendíamos que, antes de alfabetizar, tínhamos que preparar os alunos com os exercícios preparatórios. Eram quase dois meses de coordenação motora, de forma repetitiva, no caso, era para “amolecer a mão”, se dizia; [...] a criança só estava alfabetizada se soubesse ler e escrever as lições da cartilha (GARCIA, 2003).

[...] o tema “alfabetizar as crianças” foi colocado no programa porque era necessário, porque não existiam leis naquela época, então junto com os professores do primário anexo, a gente colocou na 3ª série normal, porque elas já tinham mais base, tinham mais conhecimento de psicologia e eles poderiam então, desenvolver melhor esse tema. Para as alunas do 2ª normal ensinavam as outras matérias. Para elas ficou delimitado o seguinte: aulas de História, de Geografia, de Ciências, Matemática, Português, essas aulas eram para alunas do 2º normal, agora o 3º normal ficava com a parte de alfabetização que era mais delicada, mais importante;

[...] a gente usava os livros que eram utilizados naquela época, tinha o do Lourenço Filho, tinha o do Aguayo, [...], o Mendes; [...] eu peguei toda aquela parte de metodologia que você tem que desenvolver na criança, a parte de coordenação motora, então eram dados, tanto na disciplina de Prática de Ensino, como na de Desenho Pedagógico, os exercícios de coordenação motora necessários para que a criança pudesse depois desenvolver normalmente a parte de escrita. E também na época a gente deu os Testes ABC, do Lourenço Filho, para que as crianças também usassem para que a gente verificasse o desenvolvimento se elas estavam aptas, prontas para a alfabetização;

[...] a gente começa pelo analítico primeiro, ensinando para a professora como era esse método, que partia de frases, depois vinha à palavra, depois sílabas, depois letras e em seguida a professora fazia o inverso, ela ia formar novas palavras, juntando aquelas sílabas, e junto também jogos, então ela fazia o sintético, então eles usavam mais o analítico e o sintético, porque era o que a gente encontrava nas cartilhas da época, por exemplo, o *Caminho suave*.

[...] antigamente, o aluno era alfabetizado, eu sentia que realmente aprendia a ler, aprendia a escrever, o professor não passava de uma lição para outra enquanto aquela não estava bem dominada pela criança, você sentia que a criança sabia realmente ler toda aquela folha que o professor passava [...] (VILLAÇA, 2003).

Ao analisar os recortes das entrevistas acima, observa-se, quanto ao tipo de exercícios utilizados no “período preparatório”⁴, que era dada uma grande importância aos exercícios relativos à coordenação motora. Esses exercícios, como relatam a ex-aluna-professora Iraci Fabri Sanches Bigélli e a ex-professora, eram praticados nas aulas de Desenho Pedagógico. A ex-aluna-professora, ainda, relata todo o período preparatório desenvolvido com seus alunos na 1ª série em Juritis, na série de 1963, afirmando que esse período durava de 20 a 30 dias e que o desenho era muito importante.

Verificando os *Programas das Escolas Normais e Instruções Metodológicas*, de 1954 e os *Programas do Curso Normal*, de 1958, constatei que as matérias Desenho (1954) e Desenho Pedagógico (1958) abordavam o desenho como sendo algo muito valioso, cuja finalidade era ajudar a desenvolver o ensino primário fundamental.

O “Desenho Pedagógico” é, sem dúvida alguma, um grande auxiliar para o aprendizado, é o meio didático mais à mão do professor.

[...]

Inicialmente cuidará o professor de fazer o aluno mestre compreender o alto valor educativo do desenho na Escola Normal, suas finalidades educativas e pedagógicas, nas múltiplas e aproveitáveis possibilidades do Desenho Pedagógico, na imediata articulação com a “Prática de Ensino”, deverá o professor a alta função educativa do desenho para o ensino primário, cuidando ser ele um supletivo e não sucedâneo, isto é, um complemento que deve ser articulado no momento exato da necessidade pedagógica (SÃO PAULO, 1954, p. 37).

Quanto ao tema “alfabetização”, aparece colocado como conteúdo específico desenvolvido durante a 3ª série do curso normal, na matéria Metodologia e Prática de Ensino; nas outras matérias, aparece como um item discutido indiretamente. Para as entrevistadas, alfabetizar era algo muito sério, que exigia grande dedicação. Penso que elas usavam de todos os recursos e métodos de alfabetização que conheciam, dependendo do momento e da dificuldade encontrada nas situações de ensino-aprendizagem.

De acordo com a ex-professora entrevistada, o curso tinha a preocupação única de formar professores, afirmando que trabalhava com todos os métodos de ensino e que a cartilha *Caminho suave*, de Branca Alves de Lima era adotada em quase todas as escolas de Birigüi. Segundo essa ex-professora, inicialmente, era apresentado à normalista um histórico sobre os métodos de alfabetização, passando depois à conceituação de cada método existente e suas principais características, porque a ex-professora julgava que a professora alfabetizadora é que iria identificar qual o método que achava que daria mais resultado. A ex-professora, ainda, avalia que alfabetização era um processo longo, muito difícil e exigia do professor muita vontade, dom e dedicação.

As entrevistadas sugerem que alfabetizar era um momento durante o qual se processava a aprendizagem da leitura e escrita, tendo isso que ocorrer na 1ª série da escola primária.

Analisando, ainda, o conteúdo da transcrição da entrevista realizada com a ex-aluna Iraci Fabri Sanches Bigélli, observo como ela tratava da questão do ensino e “sua arte”: a prática de ensino. Durante toda a entrevista, destaca-se o admirável entusiasmo dessa ex-aluna pelo processo de alfabetização, como é possível constatar na descrição do período preparatório, na preocupação com os alunos que apresentavam dificuldades, na dedicação a todos os alunos, no gosto pela leitura, no preparo das atividades, nas estratégias criadas na tentativa de busca para ajudar todos os alunos a aprenderem, o encantamento pelas

descobertas quanto ao conhecimento da teoria e a sua relação com a prática desenvolvida durante os estágios na Escola Primária Anexa, observando as professoras alfabetizadoras e ministrando aulas.

A preocupação com a relação entre teoria e prática pedagógica também foi apontada pelas entrevistadas “[...] era muito presente no instituto, aulas teóricas e a prática desenvolvida durante os estágios na escola primária anexa”, principalmente nas primeiras séries da década de 1960.

4 – Aprendendo o fazer da alfabetização no curso de aperfeiçoamento: cartilha *Vamos ao circo*

4.1As condições de produção da cartilha *Vamos ao circo*

Para se conhecer um pouco do fazer da alfabetização nesse instituto, no Curso de Aperfeiçoamento, analiso uma cartilha confeccionada no ano de 1963, inclusive porque a ex-aluna Iraci Fabri Sanches Bigélli, aluna do Curso de Formação de Professores Primários, dá continuidade aos seus estudos, no ano de 1963, freqüentando o Curso de Aperfeiçoamento. Nesse momento, Iraci também exercia a função de professora alfabetizadora, em uma escola localizada no bairro de Juritis, na zona rural do município de Glicério/SP.

Como trabalho do Curso de Aperfeiçoamento “B”, de 1963, do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, as alunas produziram uma cartilha fazendo uso de diversos tipos de material, como: papel, tinta, lápis de cor, máquina de escrever, caneta preta, perfurador, fita e carimbos. Esse trabalho foi desenvolvido nas disciplinas Prática de Ensino e Metodologia da Leitura e Escrita, ministradas pela professora Maria Ignêz Villaça, após um trabalho de pesquisa sobre métodos de alfabetização, informações e conteúdos ensinados pela professora, nas aulas expositivas com objetivo de que as alunas tivessem em mãos a cartilha para seu posterior trabalho como alfabetizadoras, já que havia muitos questionamentos sobre como alfabetizar e quais métodos utilizar.

Os métodos de alfabetização trabalhados pela professora e de conhecimento das alunas, segundo as ex-alunas entrevistadas, eram: os métodos de marcha analítica e os métodos de marcha sintética.

Como se sabe, o método sintético consiste em uma “[...] maneira de ensinar introdução à leitura começando por partes ou elementos das palavras, tais como letras, sons ou sílabas, para depois combiná-los em palavras” (HARRIS; HODGES, 1999, p.185). O método analítico, consiste em uma: “[...] maneira de ensinar introdução à leitura que começa com unidades completas de linguagem e mais adiante as divide em partes, dividindo, por exemplo, as sentenças em palavras ou as palavras em sons; método global; método olhar-e-dizer” (HARRIS; HODGES, 1999, p.182).

Quanto ao método misto (método analítico-sintético ou vice-versa), conhecido também como “método eclético”, este foi defendido por educadores brasileiros do século XX, baseados em argumentos tais como os de Rafael Grisi citados a seguir:

1º eclétismo da solução intermediária, que ele [método misto] representa, susceptível de reunir as vantagens e excluir os defeitos dos dois, o que o torna recomendável ao emprego urgente, ao menos a título provisório, enquanto se aguarda a solução final do conflito das orientações extremas; 2º a concepção de que análise e síntese não são, na atividade mental, operações independentes e opostas, mas ao contrário, intimamente ligadas entre si e complementares, como dois aspectos de uma só realidade.

[...]

Numa época em que a Educação, deixando de ser obra de empirismo e de instinto, entrou para o domínio científico, a verdadeira “autonomia didática” é a ação esclarecida pelo conhecimento. Fora disso, há ‘licença’, “arbitrariedade”, não “autonomia”⁵ (GRISI, 1946 apud MORTATTI, 2000b, p. 194-195).

Segundo depoimento da professora Maria Ignês Villaça, o método de contos de Margarida Mac Closkey segue os critérios de qualquer outro método de contos: ao aluno é apresentada uma história lida pelo professor, que, depois, destaca uma frase, uma palavra, até chegar às sílabas ou às letras para formar novas palavras.

Ainda segundo o depoimento da professora Maria Ignês Villaça, o método de contos de Margarida Mac Closkey é de origem inglesa e foi apresentado na disciplina de Didática do Curso de Psicopedagogia da PUC/SP, no ano de 1959, que essa professora frequentou, como aluna. Nesse curso, Maria Ignês utilizou o livro do Aguayo, *Didática da Escola Nova*, cujo exemplar ela trouxe para Birigüi e usou em suas aulas no Curso Normal.

As ex-alunas-professoras entrevistadas afirmaram que o “método de contos” era muito veiculado na época, porque a Editora Abril Cultural havia distribuído muitas cartilhas que o utilizavam. O método de contos, de Margarida Mac Closkey, era também utilizado em outras cartilhas da época, como: *Lalau, Lili e o Lobo*, de Rafael Grisi, e *Mimi fugiu*, de Alaíde Lisboa de Oliveira.

De acordo com as ex-alunas, o “método de contos” era o ideal para alfabetização, pois ao aluno era apresentada uma história lida pelo professor que, depois, destacava uma frase, uma palavra, até chegar às sílabas ou às letras para formar novas palavras. Elas ainda disseram que as cartilhas mais usadas na época eram a *Cartilha Sodré*⁶, de Benedicta Stahl Sodré, e *Caminho suave*⁷, de Branca Alves de Lima. Afirmaram que “não tinham escolha”, relatando que tinham dificuldades para alfabetizar com essas cartilhas. Alegaram que deixavam de dar determinadas lições dessas cartilhas, só retornando às lições não trabalhadas quando elas achavam que era possível o aluno assimilar o conteúdo e que as cartilhas *Caminho suave* e *Sodré* eram apenas um “texto de apoio”, assim como os livros de literatura infantil, para alfabetizar.

Informaram, ainda, que:

[...] o início da aprendizagem se dava por palavras e sílabas. Depois e que colocávamos um texto na lousa, em letra de forma, usando palavras totalmente diferentes da cartilha. Então, líamos o texto da lousa com as crianças umas três vezes, fila por fila (alunos sentados em carteiras enfileiradas), em salteado, e elaborávamos os exercícios: ‘tire do texto palavras começadas com’, ‘faça uma nova frase’ etc. e os alunos que tinham maiores dificuldades eram alfabetizados com desenhos e sílabas; era uma alfabetização diferenciada, trabalhávamos com os alunos separados do restante da sala, a alfabetização era quase que exclusivamente visual e auditiva (BIGÉLLI; NASCIMENTO; SANCHES, 2002).

Observa-se pelo depoimento das professoras que no Curso de Aperfeiçoamento, elas estavam estudando o método de contos e na sala de aula usavam cartilhas e que o método de alfabetização trabalhado por elas era o “misto”, ou seja, analítico-sintético.

Vejamos o que afirma a professora Aparecida Bugiga do Nascimento, ex-aluna-professora do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, no ano de 1963, em seu depoimento quanto à cartilha, ela comenta:

Nós já éramos todas professoras e a grande maioria trabalhava com alfabetização. E era muito difícil ensinar o “b” e o “d” perto, nós chegávamos a ficar de três a quatro semanas nas lições e também não tínhamos uma diversificação de atividades como se tem hoje. As cartilhas usadas eram: a *Sodré* e a *Caminho suave*, mas me lembro que a mais usada era a *Caminho suave* e as lições da “barriga” e do “dado” eram muito próximas. Aí então resolvemos criar a nossa própria cartilha, separando as mesmas. E mesmo antes de termos a nossa cartilha nós já não ensinávamos essas letras perto uma da outra. (NASCIMENTO, 2002).

As ex-alunas-professoras do Curso de Aperfeiçoamento ainda relataram que os professores desse curso eram muito preocupados com a aprendizagem delas, alunas, e elas, por sua vez, preocupadas com a aprendizagem de seus alunos na escola primária. Elas, ainda, fizeram um comentário avaliando a metodologia de ensino desenvolvida nas aulas do curso de aperfeiçoamento como sendo “tradicional”, e que não tinham muitas alternativas, pois, segundo elas, não havia os recursos que se têm hoje. Essas ex-alunas-professoras, ainda, disseram que, normalmente, as aulas das matérias Metodologia da Aritmética, Metodologia das Matérias do Ensino Primário, Psicologia da Aprendizagem e Administração Escolar ocorriam mais por meio de uma exposição teórica do professor, sendo que o aluno, caso tivesse alguma dúvida, poderia solicitar os esclarecimentos necessários durante a aula com o professor; e nas matérias Metodologia de Leitura e Escrita e Prática de Ensino as teorias eram aplicadas na prática, durante os estágios na Escola Primária Anexa.

4.2 Apresentação: Cartilha *Vamos ao circo* e instruções para o uso

A cartilha *Vamos ao circo*, produzida pelas alunas do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro” (1963), destinada ao ensino da leitura e da escrita a crianças nas escolas da região da cidade de Birigüi, é uma cartilha datilografada e manuscrita e nunca chegou a ser impressa. Essa cartilha foi elaborada com a intenção de ajudar as alunas do Curso de Aperfeiçoamento do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro” que tinham dificuldades com o ensino da leitura e da escrita.

Medindo 16 cm por 23 cm, a cartilha contém 23 lições (não numeradas) que vão da página 1 à página 50. O conteúdo está dividido em lições e exercícios de recordação.

Na cartilha em análise apresentam-se os quatro passos do método de contos criado por Margarida Mac Closkey; que servem de instruções a serem seguidas para o uso da cartilha. São eles:

1º Passo – O professor contará uma história referente à gravura da cartilha, da qual procurará tirar as frases contidas na lição.

Um ou dois alunos devem repetir a história.

Logo em seguida o professor colocará as frases na lousa as quais vão ser lidas pelas crianças.

2º Passo - O professor juntamente com os alunos fará a recapitulação da história.

Entregará as cartilhas em seguida, sendo feita a leitura na ordem certa. Depois o professor mandará as crianças numerarem as frases e será feita então a leitura salteada das mesmas.

O professor poderá dar ao final desta aula um jogo para verificar se houve aprendizagem.

3º Passo – Neste passo, os alunos vão ler as frases em ordem certa, logo depois serão salteadas.

A seguir serão lidas as palavras separadamente e, em seguida, salteadas. O professor deverá dar aqui também um jogo para verificação da aprendizagem.

4º Passo – Os alunos vão ler as frases em ordem certa, salteadas, as palavras separadamente e salteadas.

O professor fará depois a decomposição de várias palavras para formar outras palavras novas contidas na lição.

O professor deverá usar a lousa e feltrógrafo. (ALUNAS, Curso de Aperfeiçoamento “B”, 1963).

É possível observar, pela seqüência dos passos apresentados, a orientação didática dada ao professor para o uso da cartilha.

Em nenhum momento é apresentado o alfabeto, e as palavras apresentadas nas lições não seguem a ordem alfabética, uma vez que as palavras-chave é que são priorizadas nas histórias apresentadas.

4.3 Cartilha *Vamos ao circo* – um projeto de alfabetização

Segundo as ex-alunas-professoras e a ex-professora entrevistadas, elas tinham conhecimentos de todos os métodos. Entretanto, observei nos relatos das ex-alunas-professoras que o método de contos só veio a ficar em evidência devido à proposta da ex-professora Maria Ignês Villaça para que confeccionassem a cartilha.

O método de contos, que pode ser considerado método analítico, de acordo com Aguayo, define-se como um método em que:

[...] as lições de leitura começam com uma história que agrada às crianças, com as repetições rítmicas. Uma vez narrado o conto e mediante vários processos de dramatizações, jogos, rodas e canto mantém-se o interesse até que as crianças decorem a rima escolhida. Chegando a esse ponto, a professora faz a leitura da história, e assim as crianças recebem a primeira lição de leitura. Escreve-se no quadro negro a primeira frase do conto e convidam-se as crianças a lê-la. Quando o fizerem facilmente, ensina-se-lhes a reconhecer as palavras de que a frase se compõe. Terminando o primeiro conto e sabidas as palavras que o compõem, ensinam-se mais duas historietas, por processos análogos. As crianças possuirão então um bom vocabulário e poderão passar, sem transição, para o primeiro livro de leitura, impresso em letra de forma. Quando as crianças já reconhecerem umas cinquenta palavras, começa a análise fônica (divisão em sílabas e letras); e, com elementos aprendidos, a reconstrução de novas palavras e orações breves. (AGUAYO, 1951, p.288).

Para Aguayo, o método de contos era baseado nos mais sólidos princípios psicológicos. E sua criadora, Margarida Mac Closkey, “[...] observou que a criança, quando chega à idade escolar, tem insaciável desejo de narrações animadas e imaginação exuberante vivendo num ambiente que ela mesma constrói” (AGUAYO, 1951, p.288).

Relacionando as características dos métodos de alfabetização conhecidos pelas ex-alunas e o depoimento da ex-aluna-professora Iraci Fabri Sanches Bigélli, fica evidente que ficaram contagiadas e muito motivadas pelo método de contos apresentado pela professora Maria Ignês Villaça.

Quando a ex-aluna-professora Iraci Fabri Sanches Bigélli relata suas aulas, ministradas na escola em Juritis, no município de Glicério/SP, é possível constatar que, apesar de a cartilha adotada ser a *Caminho suave*, o método de contos estava presente quando ela descrevia a maneira como começava o processo de alfabetização. Segundo ela, o conteúdo era tirado da vida da criança; “de sua vida”, de sua casa”, de suas brincadeiras e da cartilha de apoio *Mimi fugiu*, entre outros.

Pode-se dizer que a cartilha confeccionada pelas alunas-professoras do Curso de Aperfeiçoamento do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro” levou-as a trabalhar também com o método de contos, cuja técnica favorecia a aprendizagem da leitura e escrita. Como se pode observar, os conhecimentos proporcionados nesse Curso de Aperfeiçoamento estão relacionados ao ideário da Escola Nova, como uma forma de didatização desse ideário:

A preparação das crianças se fará por meio de atividades experienciais: jogos livres, espontâneos ou organizados, materiais vivos, canto, desenho, música, dança, exploração do meio, reinvenção, interação com a comunidade SEMPRE a partir do interesse e aspirações reais de cada criança. (MELLO, 1984, p. 25).

Também é possível observar pelo entusiasmo das ex-alunas-professoras entrevistadas que, no ano de 1963, as alunas do Curso de Aperfeiçoamento estavam muito interessadas em sua própria aprendizagem e na de seus alunos, buscando todos os recursos necessários para alcançar esse objetivo. Penso que a confecção da cartilha *Vamos ao circo*, baseada no método de contos de Margarida Mac Closkey, contribuiu significativamente para essa motivação.

5 – Fundamentação teórica para a formação de professores alfabetizadores no IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”

A ex-aluna Iraci Fabri Sanches e a ex-professora Maria Ignêz Villaça ressaltam dois dos livros mais lidos no Curso Normal e Curso de Aperfeiçoamento do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro” os de Lourenço Filho e de Aguayo. Segundo elas, isso acontecia porque na 3ª série do curso normal e no curso de aperfeiçoamento era o momento no qual era tratada a questão da alfabetização, ou seja, do ensinar a ler e a escrever.

Dentre os livros mais lidos pelos alunos desses cursos, destaco o livro *Testes ABC* para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e da escrita, de Lourenço Filho. Os Testes ABC, segundo as entrevistadas, auxiliavam diretamente o trabalho de seleção dos alunos da escola primária, organizando as classes em “fortes” e “fracas”, de acordo com os resultados obtidos pelos alunos, quando da aplicação dos testes.

No livro intitulado *Testes ABC* para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e da escrita, Lourenço Filho (1934) apresenta a estruturação da pesquisa de que resultou o livro. Os temas abordam as condições necessárias para a aprendizagem da leitura e da escrita, tais como: nível de maturidade, motivação, classificação seletiva e homogênea dos alunos. Os conteúdos abordados explicitam os recursos a serem utilizados para se atingir o objetivo, bem como problematizar as situações de aprendizagem e oferecer subsídios para que a leitura e a escrita ocorram de modo prazeroso, significativo, sem traumas e mais facilitado para o professor. Lourenço Filho procurou suprir as dificuldades na aquisição da leitura e escrita evitando a repetência, e conseqüentemente a evasão, por parte dos alunos das escolas públicas, na década de 1930.

O livro *Testes ABC* foi o livro com maior número de volumes encontrado na Biblioteca “Monteiro Lobato” do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro” e que pode ser considerado um dos livros mais usados para a formação de professores alfabetizadores

desse instituto. A Biblioteca “Monteiro Lobato” do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro” possuía, ainda, outros títulos de Lourenço Filho, como: *Educação comparada*; *Introdução ao estudo da escola nova*; *Organização e administração escolar* e *A pedagogia de Ruy Barbosa*. Mas o mais conhecido pelos alunos do curso de formação de professores do IE de Birigüi foi, de fato, *Testes ABC*.

Em entrevista com a ex-aluna Iraci Fabri Sanches Bigélli, do curso de normal do ano de 1962, ela relata todo o trabalho feito com os testes ABC, que não vai diferir do relato da ex-aluna Marilene Petean Garcia que cursou a 3ª série normal, em 1969, e que também destaca os conteúdos abordados no livro e alguns princípios da Escola Nova:

Na época aplicávamos os testes [ABC] nos alunos para avaliar. As salas eram montadas de acordo com o resultado dos testes. Eram formadas em “A”, “B”, “C” etc, não havia filho de rico que podia cursar a série “A”, tinha de ser de acordo com o teste, senão tinha que procurar uma escola particular. Eram aplicados todos os tipos de testes propostos pelo livro *Testes ABC* e acreditávamos que isso era correto. Dentro das salas ainda ajudávamos as professoras a separar por filas, selecionando-os como: fracos, médios e fortes através dos testes (GARCIA, 2003).

O livro *Testes ABC*, segundo as entrevistadas, era muito estudado e, por meio dele, elas eram treinadas para saber aplicar os testes propostos por Lourenço Filho nas salas de aula da escola primária anexa, enquanto alunas. Quando terminavam a 3ª série do curso normal e tinham a oportunidade de lecionar na 1ª série, cursando o curso de aperfeiçoamento. Informaram, ainda, que, quando iam para sala de aula, trabalhavam com o período preparatório e depois aplicavam os testes ABC para saber se os alunos estavam prontos para dar início à alfabetização.

Destaco, ainda, outros dois livros que também foram bastante utilizados nos cursos de formação de professores primários desse IE e que tratam também dos saberes necessários para o ensino inicial da leitura e escrita: *Didática da Escola Nova* e *Pedagogia científica: psicologia e direção da aprendizagem*, ambos do educador cubano Alfredo Miguel Aguayo.

Em *Didática da Escola Nova* (1959), Aguayo escreveu capítulos que tratam do ensino da leitura, do ensino da escrita, do ensino da linguagem, e capítulos sobre os métodos de ensino. Em seu livro *Pedagogia científica: psicologia e direção da aprendizagem* (1951), Aguayo aborda a aprendizagem da leitura, quanto aos problemas que esta apresenta, a análise do ato de ler, as bases para aprendizagem da leitura, os métodos modernos de aprendizagem da leitura, o método de palavras normais, o método de orações e o método de contos.

A ex-professora Maria Ignêz Villaça informou que desenvolveu o conteúdo sobre métodos a partir dos livros do Aguayo na matéria Metodologia da Leitura e Escrita e Prática de Ensino e que outros conteúdos do livro do Aguayo, como, movimento da escrita e escrita ornamental ou artística eram desenvolvidos na matéria Desenho Pedagógico. Para o desenvolvimento dos conteúdos mencionados acima, a professora de Desenho, Ruth Pintão Lot, tinha organizado uma pasta com os mais diversos tipos de letras ornamentais e monogramas para trabalhar em suas aulas de Desenho.

As ex-alunas entrevistadas informaram, ainda, que o estudo e a leitura desses dois autores, Lourenço filho e Aguayo, e dos três títulos citados davam uma excelente bagagem teórica para poderem relacionar com a prática desenvolvida no estágio junto à escola primária anexa do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”.

Os livros aqui destacados contêm concepções que foram reveladas nos depoimentos e entrevistas concedidas pela ex-professora e ex-alunas. Concepções estas aprendidas e defendidas pela ex-professora Maria Ignêz Villaça, que as estudou no seu curso na PUC/SP, e as ensinou e divulgou no Curso Normal e no Curso de Aperfeiçoamento do IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”. É importante destacar que esses livros que já mencionei, expressam em seus conteúdos uma didática escolanovista, indicando, especialmente por meio de sua utilização no IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, a permanência desse ideário até a década de 1970.

Considerações Finais

Conforme o que foi exposto, mediante procedimento predominantemente descritivo, as informações obtida, seja por meio dos documentos e das entrevistas, seja por meio da bibliografia especializada, possibilitaram contemplar, satisfatoriamente, os objetivos estabelecidos para este texto. Procurei, assim, contribuir para a compreensão dos principais aspectos do modelo de formação do professor alfabetizador implementado no IE “Prof. Stélio Machado Loureiro”, de Birigüi/SP, no período de 1961 a 1976.

A experiência de abordar aspectos do passado da educação e do ensino moveu-me no sentido de buscar conhecer como foram construídas as situações de ensino e aprendizagem nessa instituição quanto à formação do professor. Recuperar aspectos, ainda que mínimos, dessa experiência vivida por outros permitiu também construir, por meio da memória dos depoentes, uma história das experiências vividas durante a formação, como é o caso da confecção da cartilha *Vamos ao Circo*.

O estudo desse IE e dos principais aspectos do modelo de formação de professores alfabetizadores podem em muito contribuir para a busca de soluções para o presente e para elaboração de projetos para o futuro do ensino quanto à formação de professores alfabetizadores, tema que ainda continua merecendo destaque e constituindo-se um desafio no limiar deste século.

Referências

AGUAYO, A. M. *Pedagogía científica: psicología e direção da aprendizagem*. São Paulo: Ed. Nacional, 1951.

_____. *Didática da Escola Nova*. Tradução J. B. Damasco Penna e Antônio D’Ávila. 11. ed.. São Paulo: Ed. Nacional, 1959.

ALMEIDA, Jane Soares. *A escola normal paulista: estudo dos currículos (1846-1990): destaque para a prática de ensino*. Araraquara: FCL, UNESP, 1993.

AZEVEDO, Fernando de. *A reconstrução educacional: ao povo e ao governo*. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

BIGELLI, Iraci Fabri Sanches. Entrevista [23/06/2003]. Entrevistadora: Áurea Esteves Serra. Birigüi, 2003. 1 fita cassete (60 min). Não-publicada.

CARTILHA: *Vamos ao circo*. Birigüi: I.E.E. “Prof. Stélio Machado Loureiro”, Curso de Aperfeiçoamento “B”, 1963.

GARCIA, Marilene Petean. Entrevista [11/11/2003]. Entrevistadora: Áurea Esteves Serra. Birigüi, 2003. 1 fita cassete (30 min). Não-publicada.

HARRIS, Theodore L.; HODGES, Richard E. (Org.). *Dicionário de alfabetização: vocabulário de leitura e escrita*. Tradução de Beatriz Viegas-Farias. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. *Escola de professores: programas do 1º ano apresentados pelos professores das cinco secções e aprovados pelo Conselho Técnico para o período de transição, correspondente ao ano de 1933*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1933.

LABEGALINI, Andréia Cristina Fregate Baraldi. *A formação de professores alfabetizadores nos institutos de educação do estado de São Paulo (1933 a 1975)*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

LOURENÇO FILHO, M. B. *Testes ABC: para a verificação da maturidade necessária a aprendizagem da leitura e da escrita*. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

MELLO, Guiomar Namó de. (Org.). *Escola nova, tecnicismo e educação compensatória*. São Paulo: Loyola, 1984.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Método analítico, cartilhas e escritores didáticos: ensino da leitura em São Paulo (1890-1920). *História da Educação*, Pelotas, v. 3, n. 5, p. 123-40, abr. 1999a.

_____. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. *História da Educação*, Pelotas, n. 6, p. 69-77, out. 1999b.

_____. Cartilhas de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. *Cadernos CEDES*, Campinas, ano 19, n. 52, p. 41-55, nov. 2000a.

_____. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo-1876/1994*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: MEC, INEP, COMPED, 2000b.

_____. Entre o ideal e o usual: a didática mínima, de Rafael Grisi. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 82, n. 200/202, p. 15-25, set. 2003b.

PRADO, Heloísa de Almeida. *Organização e administração de bibliotecas*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 5884, de 21 de abril de 1933. *Código de Educação do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1933. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

_____. Programas das Escolas Normais e instruções metodológicas. *Portaria n. 49, de 2 de dezembro de 1954, do Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado de São Paulo*. São Paulo: Ed. do Brasil, 1954. (Folheto n. 26).

_____. Programas do Curso Normal. *Comunicado n. 18, de 3/3/1958, da Chefia do Ensino Secundário e do Curso Normal*. São Paulo: Ed. do Brasil, 1958. (Folheto n. 32).

_____. Secretaria da Educação. *Programa da escola primária do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1969.

VILLAÇA, Maria Ignêz. Entrevista [jul. 2003]. Entrevistadora: Áurea Esteves Serra. Birigüi, 2003. 1 fita cassete (30 min). Não-publicada.

Notas

¹ O primeiro Instituto de Educação do Brasil foi o do Distrito Federal, criado, em 1932, durante a administração de Anísio Teixeira como Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1931-1935). O diretor desse instituto, no período de 1932 a 1937, foi o educador Manoel Bergström Lourenço Filho. A esse respeito ver, especialmente, Vidal (2001).

² No *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), definiram-se os princípios e fixaram-se as bases e diretrizes para a reforma do sistema da educação nacional, dividindo-se a opinião pública e a dos educadores em duas correntes: a do pensamento conservador e a dos renovadores. O Plano de Reconstrução Educacional, por sua vez, visava a “corrigir o erro capital que apresenta o actual systema (se é que se póde chamar systema)”, o qual se caracterizava pela falta de continuidade e articulação do ensino em seus diversos graus, como se não fossem etapas de um mesmo processo. Esse plano exigia mudanças na estrutura que as escolas apresentavam, tais como a necessidade de interpenetração das classes sociais e a necessidade de adaptação da educação à diversidade de gostos e à variedade de aptidões. (AZEVEDO, 1932, p.56)

³ Pós-Graduados: cursos para quem já concluiu o curso de formação de professores primários. Conhecido anteriormente como “*Post graduados*”, nesse IE usou-se o termo “Pós-Graduados”.

⁴ “Para que a criança inicie sua aprendizagem escolar, deve ter dominado certas habilidades — visuais, auditivas, motoras, de orientação e de linguagem — através de uma preparação e aprendizagem longas, e vencido estágios gradativos de maturidade. [...] justifica-se, portanto, um período preparatório. Essa etapa dará ao professor a oportunidade de verificar as condições de ‘prontidão’ com que seus alunos se apresentam e lhe permitirá precisar quais as crianças que podem ser iniciadas, sem demora, no ensino formal, quais as que necessitam de assistência para a correção dos defeitos de visão, audição, fala e outros, que deverão ter treino mais longo, desenvolvendo um programa de atividades em que sejam supridas as experiências que faltaram na fase pré-escolar” (SÃO PAULO, 1969, p.12).

⁵ Trata-se de: GRISI, Rafael. *O ensino da leitura: o método e a cartilha*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1946. (Separata da revista *Educação*, v. 32, p. 36-40, 1946).

⁶ A *Cartilha Sodré* é baseada no método misto. A esse respeito, ver, especialmente, Mortatti (2000b).

⁷ A cartilha *Caminho suave* é baseada no método misto. A esse respeito, ver, especialmente, Mortatti (2000b).